SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROSIANE SOARES SILVA

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: TRAJETÓRIA, LUTA E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA NO P.A. OURO VERDE

Marabá 2015

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROSIANE SOARES SILVA

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: TRAJETÓRIA, LUTA E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA NO P.A. OURO VERDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Universidade Federal do Pará, orientado pela professora Msc Glaucia de Sousa Moreno, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase nas Ciências Agrárias e Naturais.

Marabá 2015

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ROSIANE SOARES SILVA

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO AMAZÔNICO: TRAJETÓRIA, LUTA E A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DENTRO E FORA DA SALA DE AULA NO P.A. OURO VERDE

Defendido em: com conceito:

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª Msc. Glaucia de Sousa Moreno (Orientadora)
Faculdade de Educação do Campo
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

_____

Profª. Dra. Paola Giraldo Herrera
Faculdade de Educação do Campo (examinadora)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

_____

Profª Dr. Rodrigo de Almeida Muniz
Faculdade de Educação do Campo (examinador)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Marabá 2015

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus em primeiro lugar. A minha mãe, por ter feito o possível para mim dar uma educação séria e adequada; pelas horas de oração que dedicou, para que conseguisse concluir mais essa etapa na minha vida.

A todos os educadores, que possibilitaram momentos de aprendizagem e reflexão. A minha orientadora Glaucia de Sousa Moreno que com muita paciência e dedicação, me orientou para o desenvolvimento desse trabalho.

Aos meus amigos e irmãos que sempre acreditaram em mim.

A todos os professores, alunos, e do P.A. Ouro Verde, que contribuíram com suas informações na construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, pois sem ele seria impossível concluir este trabalho.

A minha mãe, que sempre foi minha maior inspiração de força e coragem, e sempre esteve ao meu lado, orando e mim incentivando na conclusão de meus estudos.

A todos professores que sempre estiveram ao meu lado nesta caminhada.

Agradeço de forma especial, toda minha família que esteve ao meu lado, durante esta caminhada.

SUMÁRIO

RESUMO.....07
INTRODUÇÃO.....08
A ESCOLHA DA TEMÁTICA DE PESQUISA.....11
METODOLOGIA DE PESQUISA.....11
1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO AMAZÔNICO.....12
1.1 1.1 ESTRUTURAÇÃO DAS PRÁTICAS AGRICOLAS NO CONTEXTO DA REGIÃO AMAZÔNICA.....16
1.2 O CAMPONÊS E A EXPANSÃO DA PECUÁRIA.....17
2. BREVE HISTÓRIOCO DO ASSENTAMENTO OURO VERDE.....20
2.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO.....22
2.2 DIVERSIDADES NA COMUNIDADE.....24
2.3 SISTEMA DE CULTIVO NO ASSENTAMENTO OURO VERDE.....26
2.3.1 A laranja.....26
2.3.2 Pecuária.....27
2.3.3 A pastagem.....27
3. EDUCAÇÃO DO CAMPO UMA TRAJETÓRIA DE LUTA.....30
3.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS MUDANÇAS CURRICULARES.....32
3.1.1 Abordagem sobre o Conceito de Ciência.....35
3.1.2.. Estudos de Ciências no Ensino Fundamental.....36
3.1.3 Metodologia no Ensino de Ciências.....38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....43

RESUMO

Este trabalho tem como temática a observar, descrever e analisar a Educação do Campo desenvolvida aos educandos moradores do Projeto de Assentamento (P.A.) Ouro Verde na região sudeste do Pará e a possibilidade de articular uma proposta pedagógica que contemple o conhecimento cotidiano que os educandos já trazem de casa, considerando ainda que a escola do campo e lugar de encontros e desencontros onde se (re) produz conhecimento a partir da relação direta dos sujeitos com o meio em que estão inseridos. Neste sentido o principal questionamos da pesquisa é: é possível inserir no currículo das escolas do campo a realidade vivenciadas pelos sujeitos do campo a partir de uma metodologia que valorize a cultura e os conhecimentos prévios desses alunos? A educação do campo compreende a realidade desses sujeitos que vivem no campo? De que forma a educação oferecida para os sujeitos do campo contribuiu para valorizar a cultura dos mesmo? Como referencial teórico utilizamos os autores:); Caldart, (1997; 2004), Pistrak (2011), Campos (2003), Silva (1996) e Freire (1987), Souza (2010), Moreno (2008), Mazoyer (1987), entre outros que fazem referências ao trabalho e ensino nas escolas do campo a partir da realidade dos sujeitos e sistemas de produção agropecuários. Este trabalho trata se de uma pesquisa qualitativa, a partir de análise bibliográfica, documentos e entrevistas com os educandos do P.A. Ouro Verde envolvidos diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Os resultados da pesquisa mostram que é possível trabalhar a as práticas cotidianas dos educandos articulado essas vivencias com os conteúdos curriculares obrigatórios exigidos pela secretaria de educação (SEMED). De acordo com a pesquisa ainda foi possível notar a insatisfação com o ensino recebido pelos educandos do Assentamento Ouro Verde, que deixa de fora discussões consideradas importantes sobre os sistemas de produção entre outros. No entanto, os professores argumentam que se torna difícil trabalhar questões mais particulares de cada localidade já que a escola faz uso do sistema modular, ou seja, há um rodízio de professores de acordo com a disciplina a ser trabalhada.

Palavras - chave: Educação do Campo, Assentamento de Reforma Agrária, Práticas Escolares.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se de uma pesquisa realizada no Assentamento Ouro Verde, que fica a 35 Km de Itupiranga, no sudeste paraense. O assentamento abriga cerca de 80 famílias, e, no entanto, não tem uma escola, tendo os alunos que se deslocarem até a escola do assentamento mais próximo, ou seja, Assentamento Indroservice. A escola oferece ensino do Jardim ao 9º ano, sendo que o jardim e as series iniciais é na modalidade regular, enquanto que do 6º ao 9º ano atende ao sistema modular.

O assentamento Ouro verde é fruto da luta pelo direito a terra, a melhores condições de vida de saúde e educação. Embora o mesmo tenha sido ocupado por famílias com pouco poder aquisitivo, a intenção de cada dono de lote é trabalhar com a criação de gado seja ele de corte ou de leite e assim conseguir alcançar um padrão de vida mais alto. De acordo com os alunos a vida no campo não oferece tantas oportunidades quanto na cidade e não tem tantas informações e conhecimento acessível aos seus alcances, o que acaba por ocasionar a migração dos mais jovens para os centros urbanos. Enquanto nos lotes permanecem apenas os mais velhos ou então sem força para trabalhar na terra e sem suporte do governo acabam por venderem esses lotes e seguem para a cidade.

A reforma agrária no Brasil consiste na legalização de áreas consideradas improdutivas, que foram ocupadas por pessoas que buscam a sobrevivência no meio rural. Porém, a permanência no campo se torna um processo corrompido pela falta de assistência destinada ao agricultor que em determinados momentos abre mão do seu lote e migra para outros locais, geralmente para centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

> O difícil acesso à terra por parte de pequenos produtores resultante da ação articulada do INCRA, do GETAT e outras instituições, assim como a difícil permanência nela, acentua em virtude dos créditos e dos baixos preços dos cereais, tem proporcionado uma força de trabalho abundante para as empresas madeireiras, as empreiteiras de obras públicas e para o garimpo. (HÉBETTE, 2004 p. 07)

As políticas de financiamento ao longo dos tempos visavam o crescimento econômico do país, reafirmando através de projetos voltados para o agronegócio a ideologia da pecuária, e durante muito tempo os agricultores buscavam sem êxito soluções junto ao estado, para os problemas do campo e foi na década de 90 do século XX, com o grito dos excluídos que se tornou

possível um financiamento mais flexível destinado ao agricultor familiar, e esse credito denominado de FNO-Urgente (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), hoje é chamado FNO-Especial.

Mais ainda assim os créditos chegam até o agricultor em forma de projetos que beneficiam a pecuária, e esse modelo de financiamento vem acarretando uma serie de dividas, que é resultado do insucesso do camponês que desprovido de técnicas e orientações, não conseguem a prosperidade tão almejada. Logo, o agricultor deixa de lado a diversidade agrícola e de forma desorganizada do início há um processo de insustentabilidade em seu lote.

O assentamento Ouro Verde fica localizado no município de Itupiranga/PA, é uma área que abriga 81 famílias em lotes que tem em média 05 alqueires. O acesso é feito pela rodovia federal BR- 230 (conhecida como rodovia Transamazônica). O assentamento era uma área de fazenda ladeada por outras propriedades também voltadas para a pecuária. E assim a comunidade já nasceu tutelada por fazendeiros, reforçando ainda mais a cultura dos grandes produtores. Utilizando os carros de linha (Pau de Arara), os agricultores conseguem se deslocar do assentamento para a cidade. As péssimas condições das estradas dificultam bastante a ida e vinda dos mesmos. O uso da terra está distribuído com pastagem, cultura permanente, culturas temporárias, pequenas áreas de reserva legal e de preservação permanente. Sendo os sistemas de produção os mais variados, as principais atividades: extração madeireira, agricultura, pecuária e pesca. Os lotes são pequenos e assim não dispõem de áreas suficientes para uma produção em grande escala e o aumento da pastagem se torna inviável, pois não resta espaço para se destinar ao momento do pousio. Então o agricultor busca plantar apenas o suficiente para o sustento familiar, deixando boa parte do lote reservado para o plantio de pasto.

> ... o grande problema da agricultura familiar relaciona se a ampliação do desmatamento para a implantação de pastagens, dado que em muitas regiões as famílias têm priorizado a pecuária como uma atividade geradora de renda e que necessita de menos mão-de-obra do que outras, (SILVA, R.S, 2007, p. 12).

Os produtores do Assentamento Ouro Verde destinam seus produtos ao abastecimento dos supermercados e pequenos comércios/feiras da cidade e ainda vendem diretamente para o consumidor que vive na cidade ou mesmo no próprio assentamento. É muito comum os agricultores cuidarem de gado de outros fazendeiros, e esse trabalho é feito mediante negociações e

um conjunto de regras. Os criadores costumam chamar esse modelo de trabalho de “criação na meia” ou “parte peso”. Esse trabalho acontece da seguinte forma; o fazendeiro deixa no lote do agriculto um certo número de cabeças de gado, fornece o sal as vacinas, pesticidas, e o agricultor entra com a força de trabalho e o pasto. Após um ou dois anos eles contabilizam o aumento de cabeças de gado em números ou em peso e o que passar do número inicial é dividido entre o fazendeiro e o agricultor.

Todas essas informações são resultados de pesquisas realizadas durante o tempo comunidade do curso de Educação do Campo, onde foi possível pôr em pratica os conhecimentos adquiridos durante os momentos na universidade. Ao realizar os estágios foi necessário conhecer e participar de momentos importantes para o assentamento, como as reuniões da associação e com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para tratar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

E assim foi possível observar e perceber nos relatos dos agricultores seus conflitos e seus anseios, perdidos nos descasos com que vem sendo tratado pelos órgãos públicos, que não leva em consideração as particularidades dos indivíduos que compõem a massa camponesa desprovida de recursos suficientes que lhes proponham estabilidade comercial para sua produção.

Desta forma esse trabalho tem como objetivo geral: Analisar e compreender a educação do campo enquanto um processo histórico que ainda está em construção e qual sua influência sobre as práticas cotidianas dos educandos do P.A. Ouro Verde. E como objetivo específico: Descrever as principais atividades praticadas no assentamento Ouro Verde; Analisar a trajetória e a luta pela qual se construiu a educação do campo; Identificar nas práticas pedagógicas observadas na escola São Francisco se a realidade vivenciada no campo pelos educandos do P. A. Ouro Verde, dialogam com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

O primeiro capitulo tratará do avanço da pecuária na região amazônica com foco no sudeste paraense, as lutas pelas terras e o modo de fazer a ocupação dessas áreas. Já no segundo capitulo será dedicado a apresentação do assentamento Ouro Verde, história, localização tipos de produção. No terceiro capitulo falará sobre a educação do campo na perspectiva dos educandos do assentamento Ouro Verde e o quarto capitulo abordara o ensino de ciências da natureza na escola São Francisco.

A ESCOLHA DA TEMÁTICA DE PESQUISA

A escolha da temática desta pesquisa se constrói a partir do momento que iniciei o curso de Educação do Campo em 2009, a necessidade de se deslocar para o campo me fez vivenciar as dificuldades vividas pela comunidade do assentamento Ouro Verde. Durante as pesquisas e estágios pude conversar com os educandos e assim perceber algumas de suas angustias e seus desejos para o futuro que jugam ser o melhor para si. A partir daí busquei fazer uma reflexão sobre os educandos do assentamento Ouro Verde e a realidade escolar em que vivem. No entanto só as informações coletadas na comunidade não eram suficientes, foi necessário buscar textos lidos durante o curso de Educação do campo para me dar base e fundamentos para tal trabalho. As discursões e informações adquiridas durante o curso, os trabalhos de pesquisas e estágios realizadas durante o tempo comunidade reforçaram ainda mais a necessidade de se buscar compreender a realidade desses sujeitos, de forma que pudesse ajudar a transformar o ensino na escola e a compreensão dos alunos a partir da realidade em que vivem.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização deste trabalho foi necessária uma pesquisa qualitativa que se deu a partir das informações cedidas pelos educandos do assentamento Ouro Verde, e a partir daí foi feita uma análise das informações contidas nas falas dos sujeitos moradores do assentamento em questão. Foi necessário realizar uma pesquisa de campo para coletar dados suficientes para a construção desta pesquisa. A coleta de dados foi feita através de entrevista semiestruturada com os educandos do assentamento Ouro Verde. Foram entrevistados educandos do 6º, 7º, 8º e do 9º ano, ao todo foram treze (13). Para a realização deste trabalho foi feito um levantamento bibliográfico, entre eles o Projeto de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) do Assentamento Ouro Verde. Os relatos dos alunos trazem a decepção do que vem sendo trabalhado em sala de aula e a perspectiva de um ensino com qualidade no campo onde a teoria esteja mais próxima das práticas cotidianas.

Todas as entrevistas foram gravadas e em seguidas transcritas. As entrevistas foram realizadas na casa dos professores que ficam próximo da escola, visto que a escola não tem espaço disponível para a realização das entrevistas. Estas entrevistas foram concedidas durante a

realização do tempo comunidade obrigatório no curso de licenciatura em Educação do Campo, o qual cursei durante o período de 2009 a 2013. Para responder aos questionamentos levantados nesta pesquisa este trabalho foi dividido em três capítulos como mencionado anteriormente.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO E LUTA PELA TERRA NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A ocupação da Amazônia é uma história de ciclos, que se dividem entre o ciclo da borracha que trouxe milhares de migrante para os seringais da região, o ciclo da Castanha-do-Pará que motivou a vinda dessas pessoas para trabalharem nos imensos castanhais aforados que era a maioria e também nos públicos. E na sequência o ciclo do ouro que renovou os fluxos migratórios, atualmente no século XXI, vivemos fortemente o ciclo da mineração. E paralelamente temos a pecuarização no território amazônico, reforçado pela frente de expansão.

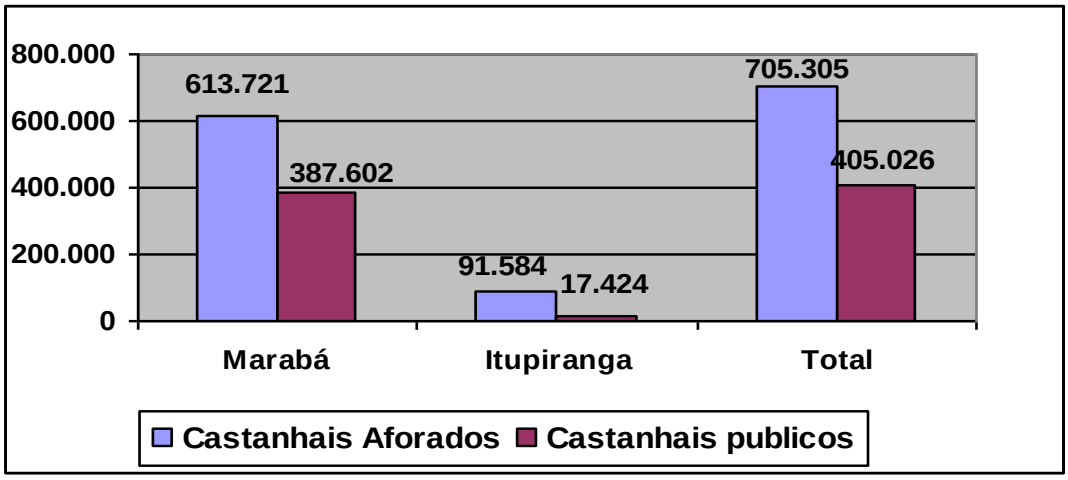

Figura 01 Castanhais Públicos e Aforados entre 1955-1966

FONTE: Emmi 1988

Em uma época onde uma boa parte da sociedade vivia no campo, o extrativismo vegetal e animal era uma das principais características das atividades amazônicas incluindo a extração de madeira. Na época a extração da castanha era uma atividade em alta tanto na cidade de Marabá como em Itupiranga. Boa parte dos trabalhadores dependia dos castanhais e dedicavam uma carga horária extensa nessa atividade a fim de conseguir dinheiro suficiente para manter a família.

Embora a maior parte do lucro não ficasse nas mãos desses trabalhadores visto que a maioria dos castanhais não eram públicos.

De acordo com Kahwage (2003) em 1970 o governo militar encorajou o fluxo migratório de agricultores para a Amazônia, que graças à execução do programa de Integração Nacional (PIN), que punha em pratica o projeto de colonização e criação de uma fronteira agrícola[3], inaugurando uma nova fase de ocupação dessa região. Neste mesmo ano tem início a construção da rodovia transamazônica, esse grandioso projeto pretendia assentar 100.000 famílias as margens da rodovia. Nessa perspectiva muitas pessoas tiveram a oportunidade de ter um lote onde poderiam viver com suas famílias na busca de dias melhores.

Com a chegada dessas famílias vindas de diferentes lugares do país o "vazio demográfico" tornou se palco de inúmeros conflitos sociais; a Amazônia foi literalmente rasgada e cortada como protagonizavam as propagandas de 1970 (KAHWAGE p. 438, 2003). Esses conflitos atravessaram o século e se estenderam até os dias de hoje, e frequentemente são noticiados e chegam ao conhecimento da sociedade em geral. Atualmente no século XXI, os movimentos sociais estão envolvidos nessas lutas ao lado dos trabalhadores do campo, na intenção de buscar melhores condições de educação, saúde, moradia e trabalho para as famílias que vivem no campo.

Com o apoio dos movimentos sociais (sendo o MST o maior representante dessa luta), o que tem possibilitado uma quantidade maior de assentamento nos últimos anos, mobilizando um grande contingente de pessoas a se juntarem aos grupos sociais de luta pela terra. Trata-se de pessoas com experiências urbanas que, havendo uma oportunidade de retorno as áreas rurais, buscaram-nas, não com a intenção de recriar um "modo camponês" de vida, mas de alcançar alternativas de sobrevivência. (LEITE et al p. 12, 1999).

A migração para a região amazônica oferecia um novo recomeço boas oportunidades e terras livres. Essas mudanças de localidade de rotinas trabalhistas exigiram dessas pessoas um novo jeito de trabalhar, oportunizando a alguns uma nova aprendizagem. Até porque maiorias deixaram para traz amigos e familiares, se desfizeram de bens e vieram em busca de novas conquistas. Em algumas localidades, hoje cidades a beira de estradas, os primeiros a chegar ficaram com as melhores terras. E assim o governo ofereceu financiamento para os que conseguiram os lotes privilegiados, os demais foram vítimas do descaso do governo. Esses agricultores tiveram seus modos de vidas drasticamente alterados e até hoje se sentem enganados (KAHWAGE p. 446, 2003) o autor ainda afirma: os nordestinos, já vinham a muito se dispersando

de sua região de origem, que enfrentava uma conjuntura de crise social, tanto em função das secas cíclicas que impediam a agricultura, mesmo para a subsistência, bem como também de uma problemática fundiária, pois o campesinato estava sempre subordinado ao sistema dos grandes proprietários (KAHWAGE p. 447, 2003).

O processo de migração por si só, provoca nas famílias uma série de conflitos causados pela questão da fronteira, onde cada um se depara com o que lhe é diferente. Segundo Bosi (2014), neste espaço de estranhamento, onde se encontram uma diversidade de identidades regionais nítida, é comum ouvir-se falar dos maranhenses, baianos, dos gaúchos, dos goianos, etc. (KAHWAGE p. 442, 2003). Estes grupos são diferentes entre se não apenas pelas diferenças regionais, mais também pelas diferenças culturais, práticas e saberes.

Bosi (2004) nos lembra ainda que "os trabalhadores rurais migrantes perdem não só a paisagem natal, a roça, a caça, as festas, as maneiras de vestir, o entoado de falar, de viver, de louvar a Deus. O sujeito afasta-se dos seus valores éticos e morais, da sua ideologia, costumes e crença, e sem meio termo encontram dificuldades de estabilidade econômica e emocional, o que de certa forma lhes impedem de se reproduzirem como ser social impossibilitando os de refletirem com clareza e tomar decisões.

Neste mesmo pensamento Alvaides afirma (2013), "uma ruptura biográfica acontece quando as instituições que foram essenciais na formação do sujeito já não fazem mais sentido na sua vida social. " Ao sair do meio ao qual estava habituado, ou seja, da sua rede social de pertencimento, o desenraizamento tem início, e deixa sequelas psicológicas na qual pode gerar um vazio no reconhecimento da própria identidade. Nesse momento o sujeito que chega sente a necessidade mudanças, pois mudam se os modos de vida de plantar e colher, de negociar etc.

É exatamente nesse momento que o sujeito sai em busca de estratégia de sobrevivência, porque o que está em questão é a vida, e essa é uma preocupação de cada família que chegava (chega) na pretensão de resistir as dificuldades que se apresentam no dia a dia do campo. Alguns autores Caldart (2009), Molina (2004), nos alerta que o campo é um lugar de vida e resistência, onde os sujeitos lutam por acesso e permanência na terra.

Embora as terras disponibilizadas pelos estados tenham sido ocupadas por milhares de pessoas vinda de diversas regiões, as terras de certa forma não deixaram de ser improdutivas, não por falta de pessoas trabalhando no campo, mais por falta de assistência governamental. Com a criação de inúmeros assentamentos, aumentaram também os conflitos agrários e as reivindicações

por políticas públicas de educação de saúde e transportes. Segundo, Leite et.al. (2009, p.10), a criação de Assentamentos também tem colocado instigantes desafios para a esfera local do poder público na medida em que a ela cada vez mais dirigem reivindicações ligadas principalmente a infraestrutura básica, relacionada a construção ou melhoria de estradas, saúde e educação condições para escoamento da produção. Cada vez mais as lideranças de movimentos sociais ganham força na luta por melhores condições de trabalho no campo. Embora a resistência governamental geralmente mostre descaso com os sujeitos do campo. Desfavorecidos pelo poder público em todos os aspectos, os homens e mulheres do campo adaptaram se ao novo meio ao qual chegaram e foram inseridos.

Assim, se, em um primeiro momento, os assentamentos pareciam com verdadeiros enclaves locais, sob estrita responsabilidade e controle do executivo federal, a sua simples presença implica em uma ampliação do campo de forças com quem podem dialogar, disputar atenção ou se opor, passando a compor um espaço disputado politicamente (LEITE, 2009, p. 10)

Consequentemente isso veio a se tornar visível no momento exato em que o objetivo dos movimentos sociais, deixou de ser assunto restrito apenas diante do público que compunha esses movimentos e passou a fazer parte dos grandes debates políticos. LEITE (2009), nos lembra que: nessas situações, trata-se, antes de mais nada, de mobilizar trabalhadores expulsos da terra para realizar ocupações e, assim, posicionar a esfera governamental a intervir quer mediante desapropriação, quer mediante a compra. Com uma sequência de acontecimentos é notável a crescente presença e mobilização do MST nas demais regiões do pais. A luta organizada por terra revela a quantidade de áreas abandonadas e praticamente decadente e traz ainda a possibilidade de reapropriação de espaços pouco utilizados.

Quase sempre sufocada pelo poder público, a luta pela terra aos poucos ganhou visibilidade no cenário político e nos espaços públicos. Apesar dos sucessivos diagnósticos feitos no início da década de 80 do século XX, sobre a dinâmica da modernização da agricultura brasileira como elementos indicativos de que a questão agrária seria uma medida fora de lugar e descolada do seu tempo histórico, os conflitos por terra se perpetuaram em todo o Brasil durante os anos 1970, (LEITE et.al ,1999).

De forma, grandes áreas vêm sendo ocupadas, e protagonizada pelos movimentos sociais, que sonham com uma permanência estruturada no campo. E essa estrutura depende de vários fatores entre eles, das características solo do assentamento, e do que é disponibilizado pelo poder

público (estradas, posto de saúde, escolas, tratamento de água e esgoto. São esses objetivos que os assentados desejam ao receberem seus lotes, no entanto os objetivos que antes eram pensados de forma coletiva são individualizados, e os proprietários passam a lutar apenas pela sua reprodução familiar. Nessa perspectiva o sudeste paraense tem sido igualmente ocupado por pessoas vindas de várias regiões do pais, e da mesma forma, sem que os serviços básicos como escola e posto de saúde sejam realmente implantados.

Trabalhando seja com uma diversidade de culturas agrícolas ou apenas com a criação de bovinos, os novos moradores dos lotes aguardam com ansiedade por orientações técnicas que lhes preparem melhor para o trabalho no campo.

E nessa perspectiva temos uma variedade cultural que se somou à cultura do povo nortista. E nisso temos os primeiros passos de uma educação do campo totalmente popular, embora que "trata se de um conceito novo e em construção na última década do século XX. (CALDART p. 01, 2007). É um processo que teve início muito antes do conceito de educação do campo. Embora apenas nos dias atuais esteja se configurando como uma maneira de trabalhar o conhecimento de forma mais compreensiva e acessível aos sujeitos do campo.

1.1 ESTRUTURAÇÃO DAS PRÁTICAS AGRICOLAS NO CONTEXTO DA REGIÃO AMAZÔNICA

Em uma época em que não havia educação escola que atendessem as demandas do campo, rotineiramente era muito comum os pais ensinarem aos filhos o trabalho pesado que eram realizados no lote, como o trabalho no campo, ou seja, plantar cuidar e colher, a comercialização do produto. Enquanto que a mãe ensinava as filhas o trabalho doméstico. Ainda assim a mulher também ficava responsável por algumas atividades para a organização do estabelecimento como exemplo temos; a formação do sitio ao redor da casa, o cultivo da horta, e a alimentação de alguns animais além das atividades extrativistas. Já o homem desde muito tempos atrás aprendeu a trabalhar com as plantações de arroz, feijão etc. e cuidar dos animais de grande porte com destaque a criação de gado.

Foi por volta do século XVII um processo migratório trouxe os primeiros animais para a região amazônica, esses animais geralmente eram usados no transporte de cargas pelos europeus. De acordo com a história a criação de gado se efetivava em áreas de pastagens nativas e era voltado

ao abastecimento dos grandes centros urbanos na época da borracha. Nos outros lugares, ou seja, mais longe dos centros urbanos a pecuária bovina abasteceu o mercado local em carne e produtos leiteiros (VEIGA et.al, p. 19, 2003). A pecuária apareceu como uma alternativa para viabilizar os sistemas de produção familiares, e não como o próprio motor da colonização (TOURRAND et al, p. 25).

No entanto ao longo do tempo a criação de gado passou por grandes transformações tecnológicas onde o aumento do rebanho superou as expectativas dos produtores. Dessa forma percebe-se como se faz importante o papel dessa cultura para a produção regional, pois representa uma fonte de renda que não depende tanto do clima ou da questão de sazonalidade como as demais culturas. E assim a criação de gado não se configura apenas de forma predatória nos estabelecimentos mais também, sempre usada como uma poupança no meio rural (VEIGA, 2003). Foi necessário ocupar efetivamente a terra e para garantir a sua posse, os proprietários se valeram da pecuária para mostra que o lote não era improdutivo. No entanto o aumento e manejo desordenado dos rebanhos tem posto em discursão esse modo de produção que tem influenciado a cada dia, mais trabalhadores do campo.

Pois embora o extrativismo gere uma renda para o camponês, reforçando o lucro da produção agrícola dificilmente pode competir com uma pastagem. Nessa perspectiva os trabalhadores e trabalhadoras do campo dedicam seu tempo a aprenderem e praticarem atividade que lhes pareçam mais lucrativas como a criação de animais com destaque para o gado, ou a plantação e aluguel de pastagens.

1.2 O CAMPONÊS E A EXPANSÃO DA PECUÁRIA

No início da década de 20 do século XX, com a queda da economia dos seringais, novas tendências começam a se manifestar, dentre elas o campesinato, e essa situação se configura em um cenário mais complexo, pois “ uma vez que o Brasil é o maior produtor bovino do MERCOSUL, e que este é a principal comunidade econômica em termos de contingente, aparece claramente a importância da Pecuarização da Amazônia nos cenários mundiais das próximas décadas. (p. 28)

> Nos últimos 30 anos a pecuária tem se expandido tanto nas novas como nas antigas frentes de colonização da região Amazônica, principalmente entre pequenos e médios produtores,

> que encontram nessa atividade uma alternativa econômica promissora num cenário de dificuldades ligado a comercialização dos produtos agrícolas tradicionais (RODRIGUES, p.09, 2003).

E assim temos a transformação de seringueiros em camponeses que enxergam a natureza como seu principal objeto de reprodução social valorizando o modelo extrativista. Por outro lado, a maiorias foram buscar trabalho nas grandes fazendas com plantações de monocultura. Enquanto outros almejavam um pedaço de terra para garantir sua existência e de sua família. No entanto essa situação tende a se agravar diante das necessidades de mãos de obras nas grandes fazendas. De acordo com COSTA (2000). Dispondo dos meios de produção da existência, como camponês o trabalhador direto nega-se pela via do assalariamento, a trocar a autonomia e o ritmo do trabalho na unidade familiar pela disciplina do trabalho organizado nos moldes capitalistas.

Com as permanentes dificuldades vividas no campo o processo migratório faz um caminho contrário agora de volta para as cidades e até mesmo em busca de outro lote mais próximo dos centros urbanos. Veiga et.al (2003 p. 35), afirma que; reciprocamente, a concentração fundiária favorece o êxodo rural na medida em que a oportunidade de vender o lote influencia na tomada de decisão da família.

Com os financiamentos públicos disponibilizados para a criação de gado, a consequência foi um acentuado crescimento da pecuária, tanto nos sistemas de fazendas como na agricultura familiar. (p. 30). Esse aumento é visível e relatado nos projetos de assentamentos voltados para a reforma agrária. Veiga (citado por LADAIS ,1995 p.48) a segurança de poder vender um bezerro em qualquer dia, em qualquer lugar e a um preço razoável, faz com que a pecuária se torne uma solução para numerosos pequenos produtores, sobre tudo em face das alternativas produtivas. A garantia da comercialização leva as famílias a optarem pela criação de bovinos.

Por muito tempo os sujeitos do campo aprenderam e levaram em consideração apenas o conhecimento que recebiam dos seus vizinhos e antepassados ou mesmo aprendiam na pratica cotidiana. Aprendiam dentro do próprio lote a trabalhar com agricultura o sistema de corte e queima o modo de plantar e colher a seleção das sementes etc. e com as criações. Embora que no caso da pecuária vários erros foram cometidos, a exemplos temos o desenvolvimento da pecuária nessas propriedades tem sido feito em detrimentos das áreas de floresta, outras tem apenas uma pequena área e poucas tem bastante mata. Com relação ao manejo das pastagens o maior desafio

para os produtores é conseguir manter certo equilíbrio entre solo-planta-animal. Para isso é necessário conhecimento e práticas apropriada de manejo de pastagem.

Segundo Hohmwald et al. (2003), após alguns anos de utilização, a pastagem manejada tradicionalmente começa a reduzir a sua produtividade e qualidade. Se torna cada vez mais difícil recuperar essas áreas para o uso de uma agricultura sustentável. Com o passar dos anos o trabalho com pastagens nessas áreas requer reposições de nutrientes, o que dificilmente acontece. Porem com roçagens frequentes queimadas sucessivas ocorre uma crescente invasão de forrageiras indesejadas. A principal e talvez maior causa de instabilidade da pecuária é a degradação dos pastos, visto que as pastagens de primeiro ciclo (formados após a derrubada da floresta) mantêm uma produtividade aceitável por aproximadamente 10 anos.

Embora não seja de forma intencional e sim por necessidades e poucas orientações, o camponês torna o lote um espaço insustentável, em muitos casos causa a desestruturação do estabelecimento. Desse modo os olhares em torno, estigmatiza-se como depredadores os camponeses que assim, são condenados como incapazes para a mudança tecnológica, como fracos na concorrência, como inviáveis na globalização (COSTA, 2008, p. 24). Já Homma et al., nos lembra que, os pequenos produtores assentados, após a curta permanência com lavouras de arroz, milho, mandioca, abacaxi, e banana, convertem rapidamente seus plantios em pastagens. O autor ainda revela que as precárias condições socioeconômicas e ambientais da maioria dos assentamentos da reforma agrária no sul e sudeste paraense são consequências, além de outros fatores do mesmo modelo de uso da terra, respaldado na pecuária com baixos índices de produtividade e com atividades exclusivas, (HOMMA et al, 2004, p. 05).

Segundo Leite (2009 p. 198) o assentamento de reforma agrária é um processo em curso repleto de fatores positivos e limitações que coloca, no plano social, político, econômico e ambiental, possibilidades de êxito da produção familiar no campo. A maioria dos assentamentos estão localizados antes “ocupadas” a partir dos anos 70, quando houve um intenso fluxo migratório de pessoas vindas de outras regiões do pais. Enquanto estratégia de luta, os posseiros procuram dar legitimidades às ações consideradas ilegais pelo poder constituído, ocupando áreas tituladas, mas de titulares absenteístas, transformado, pelas práxis, o ilegal em legitimo.

A reprodução social das famílias em assentamentos rurais é um processo que se faz diante de lutas por acesso à terra, melhores condições de trabalho e de vidas, garantindo assim dignidade

para as gerações presentes e futuras. O acesso a escolas estruturadas com ensino de qualidade é parte dos direitos a serem garantidos para o povo que vive no campo.

Nesse contexto de faltas e de falhas, a classe camponesa vive de forma marginalizada, assistindo seus direitos sendo deixado de lado pelo estado. Como provas desse descaso têm-se a principal ferramenta de luta pacifica (a educação), oferecida aos camponeses de forma fragmentada com escolas sucateadas. E o conhecimento que deveria lhe fortalecer culturalmente, lhe empurra para os grandes centros urbanos, aonde chegam de certo modo despreparados para o que lhes espera.

Embora a escola não seja planejada para oferecer um ensino com uma educação que prepara os educandos para o trabalho tanto no campo como na cidade, seria interessante levar em consideração o conhecimento cotidiano dos educandos. Pois é a partir das experiências do dia-a-dia, que se formam os sujeitos. Lembrando ainda dos desafios e das conquistas no processo de ensino aprendizagem ocorrido como no caso do ensino de ciências que será detalhado mais à frente.

2. BREVE HISTÓRIOCO DO ASSENTAMENTO OURO VERDE

A reprodução social em assentamentos rurais é um processo que se efetiva no contexto da luta pelo acesso aterra, e na conquista de melhores condições de trabalho e vida digna para as gerações presentes e futuras. (GULHERME JR e NAHUM 2012, p. 01). A luta pela terra é só o primeiro passo e na sequência deve se criar condições de produção comercialização e organização dos camponeses. Pois a reprodução camponesa se confirma nas práticas cotidiana no ambiente familiar, na reprodução dos seus modos de vida.

De acordo com o relato dos moradores do PA Ouro Verde a história do assentamento tem início quando ocorre à ocupação da fazenda Amazônia em 2003, o que encorajou outras pessoas a migrarem de suas respectivas cidades para aventurar a um lote no estado do Pará. Eram pessoas conhecidas amigos, vizinhos, parente, que esperançosos vieram se aventurar no município de Itupiranga. Muitas famílias ficaram sem lote o que ocasionou no mesmo ano a ocupação de outras áreas como a Fazenda Ouro Verde. E um dos motivos para a escolha desta fazenda, foi à situação em que a mesma se encontrava, era uma área abandonada, pois segundo os entrevistados o fazendeiro não investia em sua propriedade.

Não é de hoje que grandes áreas não estão nas mãos de pessoas que desejam realmente trabalhar na terra, por volta de 1970 as atividades pecuárias começam a se expandir no sudeste paraense. O governo estrategicamente fez uso dos créditos cedidos pela SUDAN e BASA, dois órgãos recém-criados na época no objetivo de financiar as atividades agropecuárias da Amazônia, embora os beneficiados tenham sido empresários.

Nesse período aconteceu uma intensa luta pela terra entre fazendeiros e posseiros. Esses posseiros já instalados nos lotes não tinham documentação, pois eram pessoas que viviam aqui há muitos anos e desenvolviam atividades de garimpagem seringueiros etc.

Apenas uma parte desses empresários trabalhou realmente com a criação de gado, isso depois de venderem a madeira, mais frequentemente o mogno representa grande valor econômico. Outra parte dos beneficiados tinha a intenção apenas de conservar a terra durante um período para em seguida vende-la em médio prazo. As terceiras partes dos empresários desistiram das terras concedidas pelo estado. Os inúmeros conflitos agrários influenciaram nas desistências por parte dos fazendeiros. O que não foi o caso do PA Ouro Verde.

A fazenda Ouro Verde era mais uma área mantida sobre os domínios de uma só pessoa e mantida de forma improdutiva. Esse foi um dos motivos dela ter sido escolhida pelo grupo de trabalhadores rurais. A ocupação do PA Ouro Verde aconteceu de forma pacifica e foi com o auxílio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) que a permanência no Assentamento se tornou uma realidade. Diferentemente de outras ocupações que aconteceram no estado, onde acampamentos foram brutalmente desfeitos em meio aos conflitos existente. MARTINS (1989) nos lembra que; A situação no campo e as lutas que ali vem ocorrendo, nestes últimos 25 anos, tem sido tema de estudos e relatórios que dão grande e necessário destaque à enorme violência de que são vítimas os trabalhadores rurais e, também os povos indígenas. Conflitos violentos não foram registrado em documento algum e nem tão pouco na memória das famílias que aqui residem.

No entanto os primeiros dias não foram fáceis, pois quando as famílias chegaram só encontraram matas fechadas, não tinha abertura de estradas e todos trafegavam por veredinhas bem estreitas. A divisa dos lotes foi feita pelo INCRA com tamanhos iguais, de 25 hectares.

Recorda a assentada Adriana:

> “No início as mulheres não participaram da ocupação, só os homens vinham para os lotes e nós ficávamos na rua (casa). Eles montaram umas barraquinhas dentro da mata, para se protegerem do sol da chuva e dos supostos pistoleiros. ” (Adriana, entrevistada em 2011)

Poucos foram os que chegaram a seus respectivos lotes munidos de bens, para dar continuidade a suas histórias de forma diferente do que já haviam vivido até então. A grande maioria veio apenas com suas famílias visando realmente um recomeço. De passo a passo, a comunidade junto à associação conseguiu o direito ao projeto habitacional, onde decidiram que as casas fossem construídas dentro dos lotes sem a criação de uma vila, pois alegavam que sem estradas o deslocamento da vila até os lotes seriam muito difícil.

Pois sem o auxílio necessário do estado às comunidades camponesas consequentemente vivem uma realidade contraria as propostas pela ideologia dos movimentos. Apesar de que os primeiros assentados contavam com um certo esforço do governo, que pretendia povoar a Amazônia. Os assentamentos são mais pelo processo de colonização do que por reforma agrária.

O assentamento era uma área de fazenda ladeada por outras propriedades também voltadas para a pecuária. Dessa forma a comunidade já nasceu tutelada por fazendeiros, reforçando ainda mais a cultura dos grandes produtores.

Os lotes são pequenos e não dispõem de áreas suficientes para uma produção em grande escala e o aumento da pastagem se torna inviável, pois não resta espaço para se destinar ao momento do pousio. Então o agricultor busca plantar apenas o suficiente para o sustento familiar, deixando boa parte do lote reservado para o plantio de pasto.

> ... o grande problema da agricultura familiar relaciona se a ampliação do desmatamento para a implantação de pastagens, dado que em muitas regiões as famílias têm priorizado a pecuária como uma atividade geradora de renda e que necessita de menos mão-de-obra do que outras, (SILVA, 2007, p. 12).

2.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

O PA Ouro Verde está localizado na Gleba Cajazeiras do município de Itupiranga, microrregião de Tucuruí, na região sudeste do Estado do Pará há aproximadamente 69 Km de marabá.

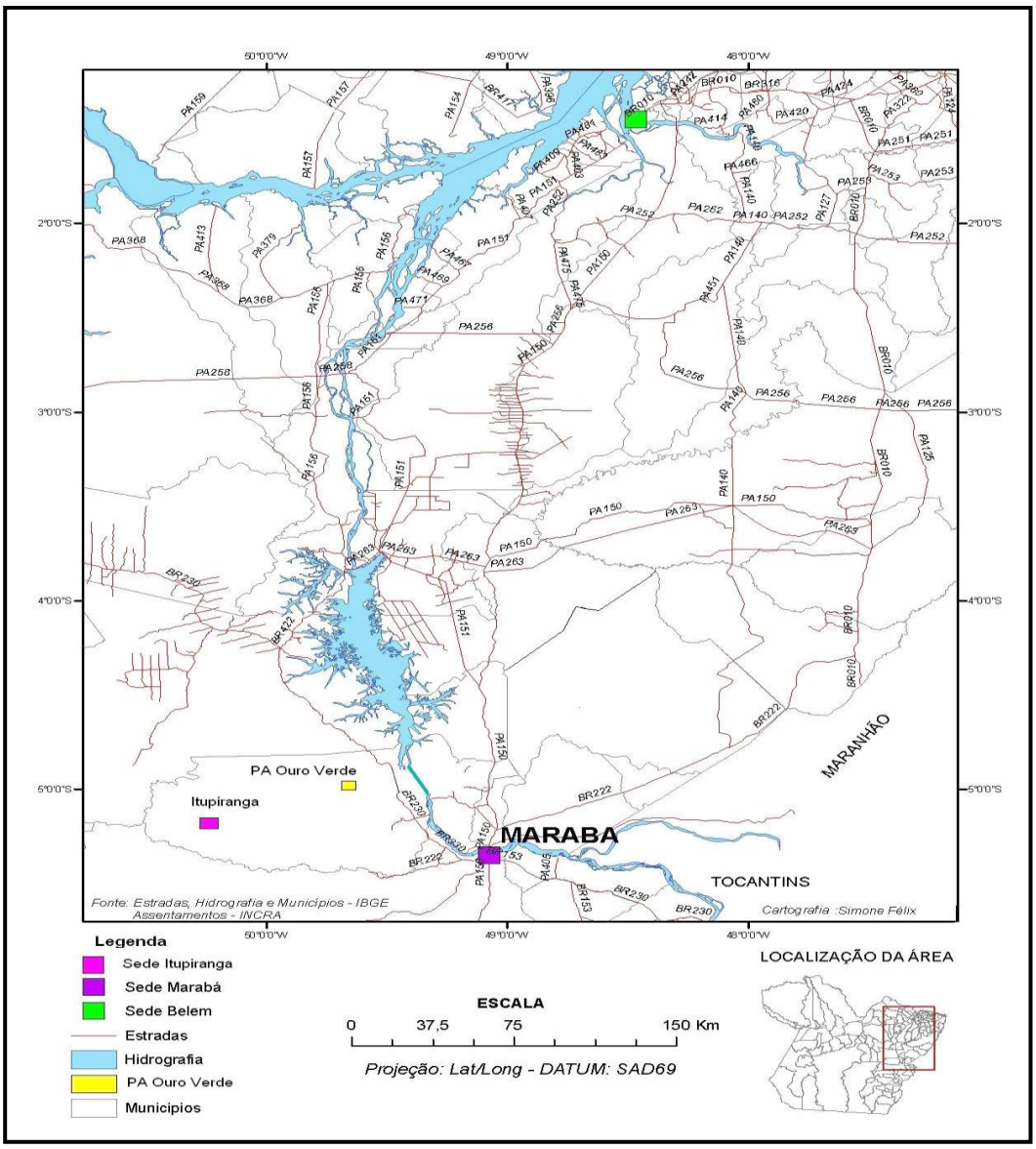

Figura 02: Mapa de localização do PA Ouro Verde

Fonte: Copserviços, 2008.

O acesso ao Assentamento é feito através da Rodovia Federal BR 230 . No sentido Marabá á Itupiranga, à esquerda do Km 42 onde está localizada uma Agrovila do município de Itupiranga entra-se na “Vicinal do Moinho” ou “Vicinal São Sebastião” e percorre-se aproximadamente 27 Km até a entrada do PA Ouro Verde.

As vias de acesso, são estradas de chão e trafegáveis por terra (carro, moto, carro e até bicicleta), água (barcos, canoas etc.), aéreo (não se torna possível porque o aeroporto mais próximo é o de Marabá). A primeira entrada para o assentamento tem como referência o nome de uma moradora que se chamava Sonia, e sua casa ficava à beira da estrada.

> "As estradas foram feitas pelos madeireiros, quando as terras foram liberadas e quando nos mudamos pra cá, os madeireiros já estavam aqui tirando a madeira sem permissão. (Adriana, entrevistada em 2011)"

Como já foi dito, o assentamento Ouro Verde tem péssimas condições de acesso, pois já se passaram vários anos e até agora os moradores ainda não puderam assistir nem se quer uma máquina da prefeitura ou de qualquer órgão público entrando no local para fazer as melhorias das estradas.

Além dos moradores terem problemas com as estradas, (no inverno as estradas ficam péssimas por causa das lamas, e no verão a poeira é sufocante), e muitos ainda são obrigados a andarem aproximadamente 07 km a pés para chegar a estrada principal e poder pegar o carro que vai até Itupiranga. Essa situação deixa os moradores quase que em condições de isolamento. Todavia, as condições de isolamento dificultam a coleta da matéria-prima e o transporte dos produtos acabados, afastando as redes de indústrias e tornando inacessíveis os grandes mercados nacionais ou regionais (POCCARD-CHAPUIS p. 358, 2003).

2.2 DIVERSIDADES NA COMUNIDADE

No Assentamento Ouro verde existe uma grande diversidade social, pois é uma área de ocupação, e como se sabe esse é um processo coletivo de pessoas que busca junto aos movimentos adquirirem um lote onde possam se estabelecer como donos e realizarem trabalhos agrícolas juntamente com suas famílias. Sendo assim na composição social do assentamento pode se encontrar pessoas vindas do estado do Piauí, Maranhão, Tocantins e do Pará. Às vezes, a família já conhecia alguns vizinhos vindo da mesma região ou encontrado no caminho da migração, e que, diretamente ou não, lhe atraiu na sua nova propriedade (TOURRAND p.32, 2003). A grande

demanda de migrante vindas da região nordestina nos chama a atenção pelos motivos que levam essas pessoas a saírem de suas cidades naturais.

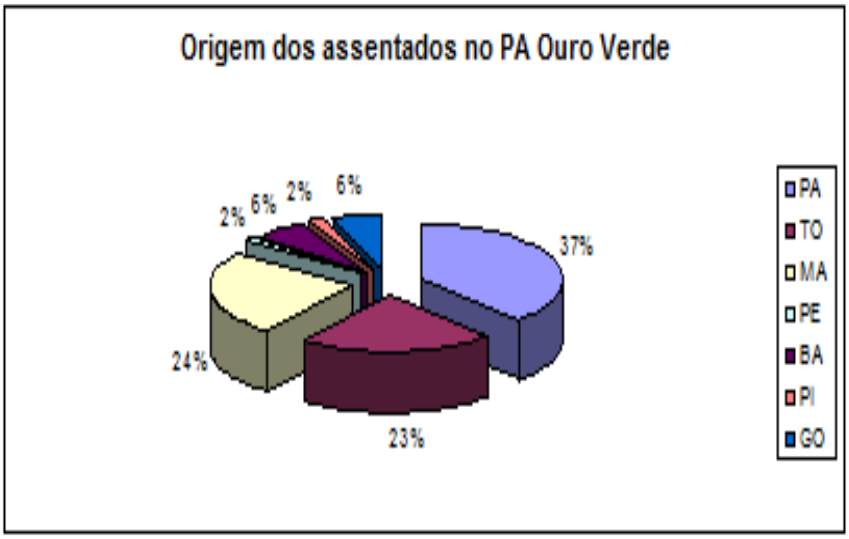

Figura 03: Origem dos assentados por Região e Estado.

Fonte: Cooperativa de Prestação de Serviços, 2008.

O processo de migração por si só, provoca nas famílias uma série de conflitos causados pela questão da fronteira, onde cada um se depara com o que lhe é diferente.

A paisagem no PA Ouro Verde passou por algumas transformações desde a sua ocupação até os dias atuais no ano de 2013. Onde antes prevalecia a mata e a capoeira, hoje deu espaço para a entrada das pastagens. E naturalmente a pecuária vem se firmando sobre a agricultura. De acordo com Rodrigues (2003. p. 27), o desmatamento está avançando porque os produtores necessitam abrir novas áreas para substituir a pastagem degradada. E completa dizendo que há momento em que as forrageiras são maiores que a necessidade dos bovinos.

Para entender melhor esse processo de transformação ocorrido na comunidade Ouro Verde foi necessário o diagnóstico do sistema agrário no assentamento. Rodrigues (2003, p.52) nos chama a atenção para a importância desse procedimento. O diagnóstico do sistema agrário permite entender o contexto local, do ponto de vista ambiental, econômico e social, e identificar os potenciais e restrições da realidade estudada.

2.3 SISTEMA DE CULTIVO NO ASSENTAMENTO OURO VERDE

A agricultura familiar produz uma paisagem muito mais diversificada do que o agronegócio, porque a família tende há uma diversificação natural, pois é assim que a mesma organiza seu trabalho, visando a sua reprodução familiar. Embora dificilmente terá um acumulo de renda na propriedade, pois quando se trata de produção individual, a organização para plantar colher e comercializar o produto por um preço justo é praticamente impossível, porem o assentamento não tem uma organização coletiva, ou melhor dizendo uma cooperativa que facilite a produção e comercialização dos produtos.

As produções agrícolas do Assentamento Ouro Verde são destinadas ao abastecimento dos supermercados e pequenos comércios/feiras da cidade e ainda vende diretamente para os consumidores que vive na cidade ou mesmo no próprio assentamento. Porém o próprio produtor é responsável pelo transporte da mercadoria até seu destino, quando não, o consumidor para comprar o produto por um preço mais em conta se desloca até as propriedades e se responsabiliza pelo transporte da mercadoria.

2.3.1 A laranja

A Laranja é um produto que faz parte da cultura presente em quase todos os lotes, geralmente compondo o sitio que fica em torno da casa. Ela é usada na alimentação das famílias e quando cultivada em média e grande escala se torna um produto a ser comercializado com grande aceitação no mercado. A laranjeira leva em média de 4 a 5 anos para começar a produzir frutos.

De acordo com os entrevistados do Assentamento Ouro Verde, o cultivo da laranjeira se faz difícil porque demanda um grande esforço durante o período do plantio limpa da área até chegar o momento da colheita.

Os agricultores do Assentamento Ouro Verde destinam seus produtos ao abastecimento dos supermercados e pequenos comércios/feiras da cidade e ainda vende diretamente para o consumidor que vive na cidade ou mesmo no próprio assentamento.

Lembrando que o comprador é o responsável pelo transporte da mercadoria, porque poucos são os que possuem meios de transporte, onde geralmente são cavalo/burros e motos, o

que torna inviável já que o produto tem uma certa fragilidade e os lotes ficam em média de 30 a 35 Km de distância da cidade.

2.3.2. Pecuária

Nos últimos anos houve um aumento considerável no desmatamento da floresta do sul e sudeste do Pará, objetivando o aumento da pastagem e a expansão da criação de gado. Uma vez que o Brasil é o maior produtor de bovinos do Mercosul, e que este é a principal comunidade econômica em termos de contingentes aparece claramente a importância da Pecuarização da Amazônia nos cenários mundiais das próximas décadas. (p.28). Isso se dá devido ao apoio do governo através de políticas de incentivos e ao fato de que a pecuária não depende do clima ou de fatores como a sazonalidade. No entanto as qualidades das pastagens podem variar em função do clima (p.31), o que de certa forma influência na qualidade do rebanho.

2.3.3 A pastagem

As pastagens são consideradas como a principal fonte de alimentos dos rebanhos bovinos. Com respeito ao manejo das pastagens, o maior desafio dos produtores é conseguir manter o equilíbrio. Manter o eficientemente esse equilíbrio requer o uso de práticas apropriadas de manejos de pastagens (DIAS-FILHOS et.al p. 79). É comum o dono do estabelecimento, fazer uso de um manejo inadequado, e esse modelo quase sempre tem levado a uma degradação das pastagens, causando o empobrecimento dos solos e o aumento das espécies invasoras.

As plantas invasoras têm se constituídos como o principal problema biológico enfrentados tanto pelo pecuarista como pelos camponeses. Aparentemente, a limitação mais seria é a baixa disponibilidade de P (fosforo), o que indica a necessidade de correção via fertilizante (PDA, p.96). Cultura camponesa o baixo uso de insumos vem se mostrando como mais uma limitação da produtibilidade do campesinato, pouco satisfatória, com um nível muito baixo de sustentabilidade consequentemente causada pela degradação das pastagens.

De acordo com Hohnwald (2003 p.135), após alguns anos de pastagens manejadas tradicionalmente começa a reduzir a sua produtibilidade e qualidade. Dessa forma se torna difícil

recuperar essas para o uso de uma nova cultura. Com o passar dos anos o lote se torna inviável para (re) produção familiar camponesa.

A pecuária apareceu como uma alternativa para viabilizar os sistemas de produção familiar e não como o próprio motor da colonização (VEIGA et.al. 2003 p.25). No entanto o camponês deixou de plantar arroz, pois se tornou mais rentável compra-lo no mercado e se poupar do trabalho cansativo de produzi-lo.

No PA Ouro Verde apesar dos lotes serem pequeno em comparação com os outros assentamentos é possível ver que todos possuem pastagens ainda que sem gado. Pois é frequente os agricultores cuidarem do rebanho de um grande fazendeiro, e esse trabalho é feito mediante negociações e um conjunto de regras. Os criadores costumam chamar esse modelo de trabalho de "criação na meia" ou "parte peso". Os pequenos produtores não visam tanto à produtividade e sim o aumento do rebanho, no intuito de um dia também se tornar um grande fazendeiro.

Em consequência das grandes propriedades o camponês se submete a ideologias da pecuária, onde o sujeito que cultiva pasto e cria gado tem de fato um valor social reconhecido. É nesse momento que o fazendeiro ganha espaço nos assentamentos e influencia economicamente no campesinato.

> O processo de centralização da propriedade, dos meios de produção, apresentado como processo de concentração de capital. Esconde dinâmicas especificas fundamental importância embutida na concentração do capital patrocinadas pelos incentivos fiscais para a agropecuária, faz se por exemplo, a concentração fundiária como um dos seus pressupostos e como decorrência necessária. (COSTA, 2000, p. 57)

As políticas de incentivos de terras para a Amazônia, priorizou fortemente o acumulo de terra dando suporte necessário que garantiu a estruturação da grande empresa.

Veiga et.al. 2003, "Na realidade conforme o seu respectivo contexto, o produtor adapta o seu sistema de produção em função dos seus objetivos e das suas estratégias através de suas técnicas e práticas. Levando em consideração as suas práticas e saberes adquiridos no convivo familiar que são culturalmente construídas e repassadas de pais para filhos.

Lembrando ainda que a venda de leite não proporciona ao produtor uma renda tão segura como a do bezerro. (VEIGA, 1996 p.22). Na venda do leite os preços mudam drasticamente de acordo com a estação. O que causa certa instabilidade no estabelecimento agrícola, pois ao contrario dessa realidade a criação de gado deveria complementar o trabalho no camponês e não se

torna a atividade principal. No entanto, a segurança de poder vender um bezerro em qualquer dia, em qualquer lugar e a um preço razoável, faz com que a pecuária se torne uma solução para numerosos pequenos produtores, sobre tudo em face do fracasso das outras alternativas produtivas

No caso da região de Marabá a cria e recria do rebanho, mostra uma diferença entre o campesinato e as fazendas. No caso de Itupiranga essa realidade não é diferente. “Limitando-se ao aspecto agroecológico, observa se que geralmente o produtor, grande ou pequeno, na sua lógica reduz a noção de” ambiente agrícola” a “ qualidade da terra” (p.38). Vale lembrar que dois fatores são muito importantes. O tamanho da propriedade e as orientações de produção, treinamento e capacitação dos produtores.

Similar à situação que ocorre em outros assentamentos, Rodrigues (2003 p. 74) afirma que um dos fatores que contribuíram para a implantação de pastagens e o início da criação de bovinos foram as fazendas. Os camponeses começam abrindo áreas para a implantação da pastagem, geralmente o capim branquearão. Em seguida o fazendeiro deixa no lote do agriculto um certo número de gado, fornece o sal as vacinas, pesticidas, e o agricultor entra com a força de trabalho e o pasto. Após um ou dois anos eles contabilizam o aumento do gado em números ou em peso e o que passar do número inicial é dividido entre o fazendeiro e o agricultor.

Com esse modelo fortemente imposto pelas condições estruturais e políticas do assentamento, o trabalhador vive de certo modo em um regime de empregado e não mais proprietário. E essa atitude pode resultar na falência da pequena propriedade, onde o sujeito deixa de trabalhar em prol exclusivo do seu lote e passa a desenvolver atividade que beneficia o rebanho e a economia do fazendeiro.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO UMA TRAJETÓRIA DE LUTA

O processo de colonização do Brasil priorizou a educação formal voltada para a elite do país. Para a classe trabalhadora do campo, julgava-se desnecessário, visto que os mesmos exerciam atividades que exigia apenas conhecimentos baseados nas práticas cotidianas. Após quase meio século quando o país se transformou em republica a constituição de 1934 vai tratar da Educação rural. No entanto o objetivo do governo era conter os movimentos migratórios e aumentar a produtividade do campo.

Embora o campo sendo visto como atrasado, para o avanço da cidade se fez necessário a modernização do campo. Intencionalmente, nesse período coube a escola preparar os filhos dos agricultores para o trabalho nas indústrias existentes nas cidades. Dessa forma as escolas do campo permaneceram por muito tempo tendo como referência os modelos e valores das escolas urbanas. Nesse sentido, Caldart (2001, p. 130):

> Esse mercado não quer um trabalhador com consciência de classe, que tenha uma formação política, que entenda de organização, que a tenha vivenciado a ponto de cobrá-la em espaços que não a encontrá-la, mas que tenha formação em espaço de produção reais organizado em outras perspectivas, questionadoras da forma do trabalho assalariado.

Nas últimas décadas do século XX, ocorreram grandes transformações na educação, e é possível notar essas mudanças no cenário relacionado com a maneira de produzir o conhecimento, onde o ensino aprendizagem tende a incorporar uma nova forma e a escola vai se configurando em um espaço de encontros, produção do conhecimento a partir da cultura local e da relação que o sujeito mantém com o meio no qual está inserido. Essa concepção de transformadora é possível a partir do momento que se entende que a escola é um espaço de acesso a informação, onde ocorre a produção do conhecimento.

O conceito de educação do campo é novo mais já está em disputa, exatamente por que o movimento da realidade que ele busca é marcado por contradições muito forte, (CALDART 2007, p. 01). Na verdade, trata se de um de um conceito realmente novo e que ainda está em construção por que é algo que está enraizado na realidade dos sujeitos do campo, é um processo de formação de identidade ligado ao trabalho e a produção cultural dessas pessoas. Para entender a educação do campo é necessário entender que existem diferenças porque a educação tem que atender as especificidades de cada grupo, mesmo as particularidades mais contraditórias. Caldart (2007, p.

03,) nos lembra que a educação do campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma educação para comunidades camponesas.

Porém a educação oferecida e praticada no Assentamento Ouro verde, ainda não está incluída no contexto de educação do campo. A escola São Francisco está longe de atender aos anseios do educando que a frequenta, a mesma não dispõe de professores que conheçam o histórico da formação da escola e nem mesmo da comunidade. A escola não tem prédio próprio e faz uso de casas velhas de madeiras na pequena vila do assentamento.

É possível notar o desagrado da escola e da escolarização nos discursos dos educandos entrevistados. Pois os alunos geralmente têm experiências vividas em outras comunidades tanto do campo como da cidade, e assim fazem sempre comparações.

> "Eu gosto muito de estudar e aprender cada dia mais, mesmo que essa escola não seja um lugar agradável eu gosto de vim pra cá todos dias." (Jaciara, aluna da 7ª serie).

> "Essa escola tem muita desvantagem com relação a outras escolas, aqui é muito ruim porque as aulas são fracas e ainda tem o transporte que não ajuda muito, os carros quebram no caminho e a gente chega atrasado" (Jaqueline, aluna do 8ª serie).

> "Daqui uns dias eu vou embora porque essa escola não vai ter mais estudos pra mim, eu gosto de estudar porque quero arrumar um serviço e na cidade que não sabe ler e mexer em computador não arruma emprego. Eu gostaria muito que a escola tivesse computador, ventilador e banheiros que aqui não tem. " (Lucas 8ª serie)

De acordo com os alunos, os mesmos gostam de estudar e morar no campo, porem temem pela escola em breve não poder oferecer o ensino médio e eles tenham que ir embora ou interromper os estudos.

Figura 04: Escola Municipal de Ensino Fundamental São Francisco

Fonte: Rosiane Soares, 2014.

A escola São Francisco atende aproximadamente 160 alunos do jardim ao 9º ano, a estruturada escola é precária e não oferece o mínimo de conforto aos alunos, como a imagem demonstra.

> " Aqui o estudo é lento e não nos prepara para o trabalho nem no campo e nem na cidade" (Raquel 8ª Serie).

Os alunos não têm uma visão do que é educação do campo e por esse motivo acreditam que as escolas deveriam ensinar da mesma forma que as escolas da cidade ou caso contrário o ensino das escolas urbanas são superiores às do campo.

3.1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS MUDANÇAS CURRICULARES

As mudanças curriculares já eram discutidas desde as décadas de 60 e 70 do século XX. Foi um período de democratização do ensino garantindo uma abertura maior no ao ensino oferecido para as classes com menor poder aquisitivo. Nesse mesmo período a sociedade passava

por um momento de mudanças, havia uma maior inserção de tecnologia ao ensino. Era mais um desafio para a escola tentar acompanhar e passar para os alunos tal conhecimento. Foi necessário construir várias metodologias de ensino que desses subsídios aos professores para que ele compreendesse o que é e como realizar a alfabetização cientifica.

Tendo como referência a ciência ocidental moderna, observa se que o desprezo com que se trata a cultura popular, deixando as pratica e saberes locais em um espaço inferior ao conhecimento cientifico. E necessário tomar como base tanto os conhecimentos inovadores científicos, como as práticas milenares passadas de geração em geração.

Ataíde (2011) afirma que consequentemente, ser alfabetizado cientificamente é saber fazer uma leitura do universo. (ATAÍDE et.al. 2011, p. 04). Ou seja, o contrário significa a incapacidade de conhecer o universo com um olhar crítico, sem noção dos fenômenos que cercam e explicam os acontecimentos ocorridos diariamente. A autora ainda explica que "a escola do campo é compreendida como um lugar em que se produz o conhecimento a partir da relação direta com a cultura que os sujeitos estabelecem entre si com o meio onde vive".

É nesse pensamento que as pessoas sentem necessidade de frequentar uma sala de aula, na compreensão de que a escola é fundamental para o ser humano, pois garante a eternização das descobertas e das invenções ao longo dos tempos, as riquezas culturais que são passadas dos mais antigos para os mais novos. Com o tempo percebe-se uma grande necessidade de buscar novas formas e fontes de transmissão cultural, cheio de regras e formalidades para que assim a evolução cultural leve ao público em geral os conhecimentos das novas gerações. Em uma época de descobertas, é necessário aperfeiçoar o ambiente escolar, lembrando que ainda assim a escola é considerada tão recente quanto à escrita.

Na infinita tentativa que os homens e mulheres têm de dar continuidade no processo de reprodução da história, é indispensável a pratica da leitura e da escrita. E para que esse objetivo continue tendo êxito, faz se necessário que a aprendizagem se der a partir das series iniciai e a sala de aula é o espaço onde se dar com maior frequência a troca de experiências e de conhecimentos entre os indivíduos que ali interagem, no caso, o professor e os alunos.

> "o homem não nasce inteligente, mas desenvolve sua inteligência a partir do processo de interação que estabelece com o meio". (SCHOTTEN; 2007; p.88)

O uso do livro didático não deve ser visto como a única ferramenta de trabalho usada na sala de aula, mais sim como um suporte no processo de ensino aprendizagem. Pois o livro traz informações diversas embora não seja capaz de contemplar todas as particularidades existentes nas comunidades. Com relação à leitura, o que posso dizer é que ela bem trabalhada, pode se tornar uma fonte de prazer, descoberta de estimulo e motivação para que as crianças voltem seus interesses para a escola e os seus hábitos de ler sejam finalmente despertados. É a partir da leitura e da escrita que se torna possível saber o que aconteceu no passado, e da continuidade e eternizarão da história e seus acontecimentos extraordinários, local, nacional e mundial. É função daqueles que trabalham com a educação, principalmente daquele que trabalha com a palavra, com o discurso, colocar-se à altura dessa função social do escritor, buscar esse entendimento e retransmiti-lo de forma mais compreensível e acessível, promovendo a verdadeira formação de cidadãos, pois ele sabe que são muitos os mistérios que podem ser desvendados ou até especificados através do trabalho com as obras literárias. Matos (2002, p.43), em seu artigo intitulado Libertará?, escreve que:

> [...] é pela leitura que o homem vai se forjando como homem. Por ela que conhece o mundo, o sobrenatural, a fantasia, a realidade. Por ela que aprende o que deve ser (e também o que não deve ser). Por ela que estabelece suas primeiras relações com Deus (ou qualquer outro nome que lhe deem). Por ela que se educa para conviver em sociedade. Por ela que entra, via entretenimento, no mundo dos sonhos, das fantasias, das aventuras. Por ela que amadurece, levando consigo todo o seu arcabouço de conceitos que fazem de si um homem, adultos e pensante.se um homem maduro rever sua vida, verá que quase tudo que sabe lhe entrou pelos olhos, via leitura (MATOS, 2002, p. 43).

Através da leitura que temos a divulgação do trabalho o que fortalece a cultura e a permanência no campo, por este motivo se faz necessário a adaptação dos materiais oferecidos aos alunos do campo, pois para pensar uma proposta curricular adequada para é necessário se pensar o processo educativo como fundamentos na formação dos sujeitos. Embora o cenário que se apresenta seja bastante rico em informação, a escola segue o modelo tradicional e expositivo, deixando de lado o conhecimento prévio dos alunos. Embora o ambiente escolar seja um espaço

desestruturado e não ofereça conforto e confiança suficiente aos alunos, ainda assim a escola é vista como um local de encontro de lazer e de esperança.

O currículo deve ser flexível e abrangente, nesta perspectiva, Moreira (2006) destaca que é preciso que o currículo busque integrar os conteúdos de diferentes campos do saber para que rompa com a organização disciplinar, enfatiza também que o currículo possibilite ao estudante resolver problemas de sua vida diária, bem como desenvolver habilidades intelectuais e valores. A proposta curricular das escolas localizadas no assentamento Ouro Verde é cedida pela secretaria de educação de Itupiranga. Assim como é cedida e mais apropriada para os sujeitos das escolas urbanas.

3.1.1 Abordagem sobre o Conceito de Ciência

É preciso entender que a ciência é um conhecimento produzido pelo homem, e ela assim se constituiu mediante toda a história, para cada vez mais transformá-lo e adequá-lo à vida, continuando a sobreviver e a evoluir. São as situações do cotidiano, que faz o ser humano se vê cada vez mais desafiado a explicar a se próprio às questões e socializá-las, para sobre elas poder agir melhor, transformá-las, resolver os desafios postos e descobrir outras formas de agir e criar novos conhecimentos, demonstrando o caráter efetivamente humano, social, da ciência. O estudo das ciências é fascinante, não só pela beleza de seu conteúdo, mas também pelas perspectivas de suas aplicações.

A necessidade de se encontrar explicações e buscar conhecimento as várias demandas dos questionamentos envolvidos nas relações que construímos no nosso cotidiano e das múltiplas questões que surgem da crítica a respostas, tem movido o caminho do conhecimento ao longo do tempo. E a ciência veio para ajudar nesta caminhada. Logo a ciência pode ser conceituada como todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto delimitado, capaz de ser submetido à verificação, (TRUJILLO, FERREIRA, 1974). Por tanto a ciência se caracteriza por demonstrar razões dos enunciados, relacionado o fenômeno e sua causa. A importância do ensino de ciências para crianças hoje é reconhecida em todo o mundo, especialistas de diferentes países concordaram a respeito da importância da inclusão de Ciência e Tecnologia no currículo da escola fundamental devido a vários motivos diferentes: As ciências

podem ajudar as crianças a pensar de maneira lógica sobre os fatos do cotidiano e a resolver problemas práticos; tais habilidades intelectuais serão valiosas para qualquer tipo de atividade que venham a desenvolver em qualquer lugar que vivam.

3.1.2 Estudos de Ciências no Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é uma etapa obrigatória da Educação Básica. Como dever do Estado, o acesso a esse ensino é direito público subjetivo, isto é, não exige regulamentação para o cumprimento. Seu não oferecimento, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente. Segundo a Resolução CNE/CBE nº 2/98, aponta a integração de todas as disciplinas curriculares para uma melhor aprendizagem. O objetivo do ensino, segundo a LDB art.32 é a formação básica do cidadão, mediante:

I-O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno desenvolvimento.

II-A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que fundamenta a sociedade.

III-O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitude e valores.

LDB Art. 35.

IV-A compreensão dos fundamentos científicos - tecnológico, dos processos produtivos, relacionado à teoria da prática, no ensino de cada disciplina.

O conhecimento desde a antiguidade é passaporte para o exercício da cidadania, ou seja, é através da aquisição de saberes que o indivíduo irá atuar na sociedade da qual ele faz parte e o professor é um grande multiplicador desse conhecimento. Criando assim o estereótipo de que aquele que domina o conhecimento formal (professor) sabe tudo e vai passar o que considera correto. Do outro lado fica o aprendiz ocupando o papel apenas daquele que está para aprender, pois o professor é considerado como aquele que detém o conhecimento, visto assim pela sociedade de modo geral. Mais na realidade, ele é um facilitador da aprendizagem e o aluno não pode jamais ser visto apenas como aprendiz, pois sem dúvidas, ele é dotado de conhecimento e capacidade de criação e transformação.

Percebe-se que muitos educadores não estão preparados para essa função, fato este revelado na prática de determinados professores que trabalham de forma mecânica sem uma reflexão sobre sua ação pedagógica, tão necessária para o verdadeiro sentido da práxis. Exercer a práxis significa refletir sobre a prática e a partir desta reflexão criar novas possibilidades ao aluno que irá aprender para exercer a sua cidadania. Evitando que o trabalho de um ano inteiro traga prejuízos, tanto para o aluno, que não achará sentido em estudar ciências, quanto para o professor, que não terá os objetivos alcançados.

O Ministério da Educação (MEC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais visam orientar as instituições de educação brasileiras de ensino, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de sua proposta pedagógica, a LDB (Leis de Diretriz de Base) da Educação Brasileira, determina regras amparadas pela Lei, os critérios pretendidos e objetivados para uma educação de qualidade. Mas são os professores que executa, sem eles não seria possível a realização.

Todos ouvem falar que a solução para todos os problemas passa pela educação. O que ninguém fala é a que tipo de educação está se referindo quando concebe a educação como "salvação". Como bem pondera o educador, Paulo Freire, "a educação não transforma sozinha a sociedade", ela é, mas que uma política, entre tantas outras, e, mesmo com todas as suas expressividades, se encontra fortemente entrelaçada com política econômica, por exemplo. A educação, por sua vez é essencial na transformação social. A escola, enquanto espaço onde a política educacional se efetiva, não se pode esquecer que a família também desempenha seu papel fundamental.

Quando falamos que a política de Educação, é uma política de intervenção social, estamos falando em um projeto de sociedade, o qual se visa alcançar promovendo mudanças nos parâmetros educacionais, e que esta, seja realidade, já que é apenas no papel que até agora se configurou de fato, como direito de todos, como afirma o Art. 205-. (CF/88)

Outro elemento que merece destaque no art. 205 é a inscrição na lei dos Objetivos com os quais a educação deverá ser desenvolvida.

A Lei de Diretrizes e Base (LDB), Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi criada para propor e definir diretrizes e bases é o direcionamento para as escolas e profissionais da educação trabalhar com mais segurança. Pois ela constitui-se na expressão dos meios e dos fins que se pretende alcançar com a educação. É uma Lei emanada do Congresso Nacional. Como Lei deve ser cumprida e respeitada. O exemplo de alguns princípios da LDB importantes a serem seguidos:

- A liberdade de aprender como princípio de ensino (inciso II, art. 3º, LDB): cabe o educador a tarefa de, no âmbito da instituição escolar, ensinar a aprender, mas respeitar, o principio de aprender. [...].
- A garantia de padrão mínimo de qualidade de ensino para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. (inciso IX, art., 4º, LDB): cabe o poder público, através dos governos; às famílias, através dos pais e responsáveis, e a sociedade, como um todo, ofertar ensino de qualidade. A qualidade de ensino só pode ser medida sob enfoque da aprendizagem. [...].
- O zelo pela aprendizagem dos alunos como incumbência dos docentes (inciso III. art. 13, LDB) aos docentes, o zelo pela aprendizagem do ensino é, antes de tudo, uma questão de compromisso profissional, ético, e resultam de uma atitude deontológica e ontológica perante seu papel educador na sociedade do conhecimento. Quando o aluno deixa de aprender por imperícia ou incapacidade pedagógica, a escola perde o sentido de existir. [...].

A promulgação da lei, CF/88 juntamente com a lei n. 9.394/96, a LDB, ambas constituem os dois principais marcos legais da política de educação no Brasil. No que tange ao ensino fundamental, a LDB foi bem detalhista. O artigo 32, a Lei define a duração, deste círculo e os objetivos, que visam à formação do cidadão, em aspecto geral, incluindo a compreensão dos fenômenos políticos, sociais, naturais e tecnológicos.

> Para a concretização de tais objetivos necessita- se de um sistema educacional democrático, pautado nos princípios que a CF/88 acolheu: universalidade, igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade do ensino público, valorização dos respectivos profissionais, gestão democrática da escola e padrão de qualidade. Raposo (2005, [s.p.]).

As escolas como detentora do conhecimento cientifico devem fornecer e promover nessa relação, seu conhecimento, levando em consideração os aspectos particulares da situação social, cultural e intelectual.

3.1.3 Metodologia no Ensino de Ciências

O ensino de ciências é alvo de intenso debate, colocando em evidência suas interfaces com a psicologia do desenvolvimento, com a pedagogia, com a sociologia, com a economia, etc.

Nos últimos anos tem ganhado crescente importância a relação da Metodologia de Ensino de Ciências com as concepções que os alunos têm a respeito dos conceitos científicos suas repercussões na formulação curricular. Da mesma forma, a história da ciência vem adquirindo relevância para as Metodologias de Ensino e orientações metodológicas. A finalidade da ciência é a busca da verdade, no trato da realidade, de maneira teórica e prática. Para alcançar esse fim, colocam-se vários caminhos. E desses trata a metodologia.

Através da Metodologia estudam-se os passos através dos quais se pretende conhecer a respeito de determinado assunto. Contudo, não se deve valorar a Metodologia em detrimento do próprio fato de fazer ciência. Importante chegar onde se propõe chegar: fazer ciência. Os meios utilizados para alcançar esse fim são essenciais. O mais importante é o ato da pesquisa. A metodologia é somente instrumento para se alcançar o fim determinado. É importante aprender a técnica e os métodos para adquirir base suficiente, mas a criatividade em superação dos obstáculos tem sua importância particular.

Nos últimos anos tem ganhado crescente importância a relação da Metodologia de Ensino de Ciências com as concepções que os alunos têm a respeito dos conceitos científicos, e suas repercussões na formulação curricular. No entanto, até a bem pouco tempo, o ensino de ciências era visto primordialmente como parte obrigatória em planos de reformulação econômica e social, dada a sua inter-relação com o desenvolvimento das forças produtivas. Nestas últimas três décadas, as orientações metodológicas têm variado profundamente, colocando em evidência uma série de particularidades inerentes à área, bem como algumas incompreensões que ainda hoje subsistem.

Alguns fatores podem ser observados como negativo na prática do ensino de ciências: o professor que não tem o hábito planejar suas aulas e não ter domínio do conteúdo ou não está preparado para ministrar a disciplina, não despertam nenhum interesse nos alunos, pois não fazem parte da sua realidade social.

Essa questão remete a outra realidade que é a má formação do professor, que de certa forma é também vítima de uma educação tradicional e conservadora, sem inovação.

> O ensino de ciências na escola primária pode realmente adquirir um aspecto lúdico, envolvendo as crianças no estudo de problemas interessantes, de fenômenos que as rodeiam em seu cotidiano (UNESCO, 1983).

Existem várias formas de ser trabalhado o ensino de ciências, como: observação, contato direto com tudo que nos cercam, procurando compreender melhor o homem, a vida e a natureza, no entanto a curiosidade é uma característica básica, comum, que move o homem em busca da razão profunda das coisas observando com visão penetrante o mundo que os rodeia.

De acordo com o relato dos alunos as aulas acontecem apenas dentro da sala de aula, com uso do livro didático é alguns trabalhos com apresentação para os outros alunos. Muitos textos são escritos com giz no quadro negro e assim as aulas se repetem a cada dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo é uma história de lutas e de conquistas repleta de conhecimento junta teoria e pratica na busca e na reprodução de conhecimento, levando em consideração as mudanças transformações ocorridas ao longo dos tempos de desprezar o conhecimento trazido pelos educandos que retratam suas histórias e suas culturas. Foi em meio a ocupação de áreas " desocupadas" na Amazônia seja por meio da agricultura ou da pecuária e assim os grandes áreas se transformaram em fazenda e aos poucos foi se convertendo em assentamentos.

No entanto o Assentamento Ouro verde não dispõe de uma escola estruturada que ofereça ensino de qualidade, e mesmo os alunos declarando que gostam de viver no campo e frequentar a escola, a maioria sonham em mudar para os centros urbanos onde acreditam que terão melhores oportunidades de emprego e de aprendizagem.

Fazendo uma análise ao longo da história educacional brasileira desde o início até os tempos atuais no que diz respeito à dificuldade de pesquisa e criação, observa-se que a falta de recursos humanos capacitados, e recursos didáticos a trabalhar esta prática, têm sido algumas das maiores dificuldades enfrentadas na maioria das escolas públicas, fazendo com que a rotina das aulas ministradas desestimule cada dia mais as crianças e adolescentes no ambiente escolar. Mesmo conhecedora da importância da prática da ciência no ensino fundamental, e que faz necessário, principalmente, estimular ao aluno a entender que a ciência é um conhecimento produzido pelo homem, e que todos têm a capacidade de criação cientifica, de transformação, e evolução, isto é, cada um deve sentir-se capaz de agir melhor, e criar novos conhecimentos, que possa melhorar sua vida e a daqueles com quem convive, acreditando que desafios quando enfrentados os faz crescer. Embora as dificuldades se apresentem é preciso que o professor tenha domínio do conteúdo tanto da parte teórica como da pratica.

Para pensar em uma proposta de educação do campo faz se necessário pensar em uma proposta pedagógica mais inclusiva, ou seja, é preciso buscar métodos e metodologias mais pratica e acessível mantendo sempre uma visão mais ampla dos conhecimentos e da cultura de cada comunidade. É de suma importância que todas as atividades a serem executadas durante o ano estejam no plano de ação da escola, é que tais atividades ajudem os educandos no trabalho realizado e na produção de cada lote. Sem esquecer que o conhecimento escolar não pode estar apartado da cultura e costumes dos alunos respeitando ainda os seus tempos, tempo de estudar e

tempo de trabalhar. E dessa forma quando observado a proposta pedagógica possa ser visto o homem e a mulher do campo identificados como autores de suas próprias histórias.

Neste contexto histórico de formação e variedade cultural é necessário que esteja incluído conteúdos que contemplem a realidade dos alunos, e neste caso deverá está incluída na disciplina de ciências onde os educandos precisem aprender sobre o campo e a realidade na qual está inserido. Para que assim, ele esteja pronto para permanecer no lote trabalhando, para os que anseiam isso, e ainda consiga fazer uso desse conhecimento em outros lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : Ciências Naturais** / Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília : MEC / SEF, 1998.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento Formação de educadores e educadoras no MST**.Petrópolis RJ. Vozes 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escolas do campo: por uma educação básica**. IN Cesar Benjamin e Roseli Salete Caldart. Brasília-DF: Campo 2000.

CAMPOS, S. P. **Práticas de letramento no meio rural brasileiro:** a influencia do Movimento Sem Terra em escola pública de assentamento de reforma agrária, Campinas, São Paulo, 2003.

COSTA, F. de A. (2008) **Decodificando Economias Locais:** estrutura e dinâmica do Sudeste Paraense, uma região crítica da Amazônia). In: Rivero, S. & Jayme Jr. , F. G (org). **As Amazônias do Século XXI**. Belém: EDUFPA. 175 – 230 p.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém, UFPA, NAEM, 2000.
depois. Belém: Museu paraense Emilio Goeldi, 1991.

EMMI, Marilia Ferreira. **Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém. Centro de filosofia e ciências humanas\ núcleo de autos estudos amazônicos\ UFPA 1998.

FREIRE, Paulo. 1921 – 1997. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 44ª Ed. São Paulo: Contez, 2003. Paz e Terra: 2005.

FREIRE,PAULO, **Pedagogia do Oprimido.**17ª.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra,1987.

GUILHERME JUNIOR, José Antônio; NAHUM, João Santos. **Reprodução social e permanência no campo- um estudo no assentamento João Batista II, Castanhal-PA**, UFU, Uberlândia, 2012.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Belém, Edufpa, 2004.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Alves, Raimundo Nonato Brabo. **Pecuária versus diversificação da produção nos projetos de assentamentos do sudeste paraense**. Belém, EMBRAPA, 2004.

LEITE. S. P. Rodrigo Vieira de Ávila. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social.** RJ. Vieira e Leite, 2007.

LEITE. Sergio, **A formação dos Assentamentos rurais no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS, 2009.
LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engracia. **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos

MARTINS, José de Souza. **Caminhando no chão da noite**. São Paulo, 1987, Hucitec.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa.(org.). **Currículo: políticas e práticas.** Campinas: Papirus, 2006.

MOREIRA,Antonio. F.; SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 7-8.

POCCARD-CHAPUIS, René; ALVES, Ailce Margarida; THALES, Marcelo Cordeiro. **Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia**: Pará, Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 162p.

SILVA, A.P.S. **Educação infantil do campo.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Tomás Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TOURRAND, Jean François. **Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia**. Belém, Embrapa, 2003.

VEIGA, Jonas Bastos da; TOURRAND, Jean François; PIKETTY, Marie Gabrielle.; POCCARD-CHAPUIS, René; ALVES, Ailce Margarida; THALES, Marcelo Cordeiro. **Expansão e Trajetórias da Pecuária na Amazônia**: Pará, Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 162p.